



Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2025

Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento
S.A.

Relatório da administração

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Neon Financeira - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Neon”, “Neon Financeira” ou “Companhia”) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas e instruções emanadas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (“BACEN”), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, a Neon Financeira totalizou um prejuízo de R\$ 9,6 milhões tendo como principal motivo a maior provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Reforçamos nosso compromisso com a continuidade dos nossos negócios, buscando sempre adaptação as melhores práticas de Gestão. Agradecemos aos clientes, parceiros, colaboradores e investidores pela confiança e contribuições ao nosso crescimento.

Diretoria Executiva

Pedro Conrade
Diretor Executivo I

Fernando Miranda
Diretor Executivo I

Cristiano Fernandes
Diretor Executivo II

Jamil Marques
Diretor Executivo II

Wagner Leão
Diretor Executivo II

Fernanda Solon
Diretora Executiva II

Alexandre Rodrigues
Diretor Executivo II

Fernando Montanari
Diretor Executivo II

Marcos Fonseca
Diretor Executivo II

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao acionista e administradores da

Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A., em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – demonstrações financeiras comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) ou na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 "F" SP



Jonas Moreira Salles
Contador CRC 1SP- 295315/O-4

Balço patrimonial
Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>30/06/2025</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa		254.202
Disponibilidades em moeda nacional	4	254.202
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		536.938
Títulos e valores mobiliários	5.b	536.938
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.387.412
Títulos e valores mobiliários	5.c	1.387.412
Ativos financeiros ao custo amortizado		3.596.808
Operações de crédito	6	4.208.619
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(1.494.001)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a	882.190
Outros créditos		547.819
Créditos tributários	20	102.023
Outros créditos diversos	7	445.796
Imobilizado		188
Imobilizado de uso	8	905
(-) Depreciação acumulada	8	(717)
Intangível		101.023
Ativos intangíveis	9	140.147
(-) Amortização acumulada	9	(39.124)
Total do ativo		<u>6.424.390</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balço patrimonial
Semestre findo em 30 de junho de 2025
 (Em milhares de Reais)

	Nota	<u>30/06/2025</u>
Passivo		
Passivos financeiros ao custo amortizado		5.307.036
Depósitos a prazo	11	5.302.714
Obrigações por aceites de títulos cambiais	11	4.322
Instrumentos financeiros derivativos	10	9
Outros passivos		234.233
Outras obrigações - diversas	12	172.450
Obrigações fiscais e previdenciárias	12	61.736
Obrigações sociais e estatutárias	12	47
Total do passivo		5.541.278
Patrimônio líquido		
Capital social	14	726.229
Reserva de capital	14	6
Reservas de lucros	14	264
Outros resultados abrangentes	14	287
Lucros acumulados		156.326
Total do patrimônio líquido		883.112
Total do passivo e patrimônio líquido		6.424.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Semestre findo em 30 de junho de 2025
 (Em milhares de Reais)

	Nota	<u>30/06/2025</u>
Receitas de intermediação financeira		<u>1.369.477</u>
Rendas de operações de crédito	15	1.178.503
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez		47.176
Resultado de títulos e valores mobiliários		143.798
Despesas de intermediação financeira		<u>(457.612)</u>
Despesas de captação	16	(348.829)
Despesas com descontos concedidos		(108.447)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(336)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas		<u>911.865</u>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(672.471)
Resultado de intermediação financeira		<u>239.394</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais		<u>(254.985)</u>
Rendas de prestação de serviços		11.765
Despesas administrativas	17	(205.047)
Despesas tributárias	18	(33.128)
Despesas com pessoal	19	(29.400)
Outros resultados operacionais, líquidos		825
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro		<u>(15.591)</u>
IRPJ e CSLL corrente	20	(52.046)
IRPJ e CSLL diferido	20	57.981
(Prejuízo) do semestre		<u>(9.656)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado abrangente
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2025</u>
(Prejuízo) do semestre	<u>(9.656)</u>
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes	(186)
Imposto de renda diferido	27
Hedge de swap	<u>327</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(9.488)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Lucro / (Prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
		Subscrito	Reserva de capital	Legal	Estatutária	JSCP			
Saldos em 31 de dezembro de 2024		726.229	2	-	-	264	119	(51.130)	675.484
Adoção inicial - Resolução CMN nº 4.966/21 - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-	-	-	-	-	-	299.083	299.083
Adoção inicial - Resolução CMN nº 4.966/21 - Aspectos fiscais		-	-	-	-	-	-	(81.971)	(81.971)
Pagamento baseado em ações	24	-	4	-	-	-	-	-	4
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes	14	-	-	-	-	-	168	-	168
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	-	-	(9.656)	(9.656)
Saldos em 30 de junho de 2025		726.229	6	-	-	264	287	156.326	883.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa
Semestre findo em 30 de junho de 2025
 (Em milhares de Reais)

	Nota	<u>30/06/2025</u>
Método Indireto		
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) do semestre		(9.656)
Ajustes ao resultado líquido:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(57.980)
Depreciação e amortização	8/9	10.402
Receitas financeiras, líquidas		(1.369.141)
Provisão para contingências	13	1.075
Plano de incentivo de longo prazo		2.337
Provisão para participação nos resultados		3.616
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(373.387)
Despesa de juros com empréstimos		345.924
		<u>(1.446.810)</u>
Variação nos ativos e passivos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez		247.506
Títulos e valores mobiliários		(838.934)
Operações de crédito		1.837.434
Outros créditos		(231.419)
Outras obrigações		96.777
Juros pagos	11	(299.554)
Imposto de renda e contribuição social pagos		256
Caixa aplicado nas atividades operacionais		<u>(634.744)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	9	(17.072)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(17.072)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captações de empréstimos	11	4.490.500
Pagamento de empréstimos	11	(3.817.613)
Caixa gerado nas atividades de financiamento		<u>672.887</u>
Efeito líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u><u>21.071</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		233.131
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	254.202
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		<u><u>21.071</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Em 7 de agosto de 2009, por meio de Assembleia Geral, foi constituída a Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Neon”, “Neon Financeira” ou “Companhia”) com capital inicial de R\$ 5.200, homologada pelo Banco Central do Brasil em 24 de setembro de 2009 e publicado no Diário Oficial em 30 de setembro de 2009. A Companhia iniciou suas atividades operacionais em janeiro de 2010.

A Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Neon”, “Neon Financeira” ou “Companhia”), controlada pelo Neon Holding Conglomerado Ltda, que por sua vez é controlada direta pela Neon Payments Limited (“Neon Payments”) com sede no Reino Unido, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras, e sua sede está localizada na Rua General Liberato Bittencourt, 1.475, Sala 814, Estreito, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Brasil.

A Neon Financeira tem por natureza do negócio ofertar operações de crédito e financiamento, mediante aplicação de recursos próprios e de terceiros captados através de depósitos a prazo e letras de câmbio. No ano atual, suas atividades operacionais concentraram-se na oferta dos produtos: emissão de certificado de depósito bancário, de crédito consignado em folha, capital de giro, crédito pessoal, desconto de recebíveis e aquisição de recebíveis de cartão de crédito.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais da Neon Financeira foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), com as alterações determinadas pelas Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, em consonância as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”), e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicáveis, aqui denominados em conjunto como “BACEN GAAP”.

A Companhia adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 de não apresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 foram registrados em contrapartida à conta de lucros/prejuízos acumulados, líquidos dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido da Companhia demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentada na Demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Neon Financeira evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela diretoria da Companhia em 27 de agosto de 2025.

3. Sumário das políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional da Neon Financeira. As práticas contábeis materiais adotadas pela Companhia são as seguintes:

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

b. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado no período em que elas ocorrem, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20.

c. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição e que não haja restrição quanto a disponibilidade do recurso.

d. Instrumentos financeiros

Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados nas seguintes categorias:

- Custo amortizado (“CA”): o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”): o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. Para operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito essa categoria não pode ser aplicável;
- Valor justo por meio do resultado (“VJR”): o ativo financeiro é gerido para transacionar de forma ativa e frequente o ativo financeiro (compra e venda no curto prazo). Além disso, são classificados nessa categoria ativos financeiros mentidos em outros modelos de negócio, mas que os fluxos de caixa contratuais são compostos por outros elementos que não principal e juros, por falhar no teste de Somente Pagamento de Principal e Juros.

A classificação na categoria de CA e/ou VJORA depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – “Teste SPPJ”).

Para determinar o modelo de negócios, a Companhia avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao “Valor justo por meio do resultado”.

Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

- Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “receitas da intermediação financeira”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “despesas da intermediação financeira”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "ajuste de avaliação patrimonial", líquido dos impostos, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "receitas da intermediação financeira". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.
- Ao valor justo no resultado: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente no resultado.

Valor justo e hierarquia do valor justo:

Os ativos financeiros correspondentes ao modelo de negócio cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, foram classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes de acordo com o método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.
- Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

Atualmente, a Companhia opera com instrumentos financeiros de Nível 1 e 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reclassificação dos instrumentos financeiros

A Companhia não reclassificou seus instrumentos financeiros nem seus passivos financeiros no semestre apresentado.

Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

Método de taxa efetiva de juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis (ex: tarifas atreladas a origemação das operações de crédito) pela Companhia.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, a Companhia optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Companhia integra o segmento prudencial “S4”, dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada. É realizada a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para o grupo de ativos financeiros ao custo amortizado e os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações, conforme descritivos abaixo:

- Carteira 1 (C1): créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis e créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Carteira 2 (C2): créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974; créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis; créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança; créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020.
- Carteira 3 (C3): créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis; créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios e créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput.
- Carteira 4 (C4): créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais e operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos.
- Carteira 5 (C5): operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais; créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput.

Atualmente a Companhia possui operações nas carteiras “C2” a “C5”.

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pela Companhia para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito:

- Ativos financeiros não problemáticos: refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no anexo 2 da resolução.
- Ativos financeiros inadimplidos: trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal e juros. O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

provisionamento determinando no anexo 1 da resolução, acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas.

- Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos: refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no artigo 78 da resolução.

Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

A Companhia considera como ativo com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros que apresentem os seguintes indicativos:

- Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou
- Indicação de que a contraparte não tem mais capacidade financeira de honrar a obrigação nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais, independentemente da quantidade de dias de atraso da operação;
- Para os títulos e valores mobiliários, quando houver dúvida razoável quanto ao recebimento pontual do principal e juros, independentemente do número de dias vencidos, incluindo critérios de: (a) mudanças nas políticas monetárias que afetam os TVM de forma a reduzir preço ou liquidez; ou (b) alterações na liquidez do ativo financeiro por piora na qualidade creditícia da contraparte;
- Reestruturação: É considerado como reestruturação, uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para a condição de ativo problemático, com exceção de operações que possuam uma fonte de pagamento mais segura, como o Crédito Consignado em folha de pagamento, cujo pagamento ocorre independente da ação do cliente.

A partir do momento da caracterização, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Os ativos financeiros são baixados para prejuízo pela Companhia, a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia deixa de caracterizar a operação como ativo problemático somente no caso de melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, também denominado como “cura”.

Para fins de critérios de “cura”, a Companhia considera as seguintes premissas:

- Ausência de parcelas vencidas, incluindo encargos;
- Após inexistência de parcelas vencidas, pagamento tempestivo (em dia) de principal e encargos por um período suficiente para indicar melhora financeira significativa da contraparte. Atualmente, consideramos 3 meses de pagamento tempestivo para como indicativo de melhora financeira;
- Evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originais ou modificadas, sem necessidade de garantias adicionais; e
- Inexistência de outros critérios que indiquem um risco de não cumprimento da obrigação, enquadrando a operação como ativo problemático.

Vale salientar, que a aplicação da regra de “cura” leva em consideração todas as operações do cliente e não somente a operação que eventualmente levou o cliente a ser considerado como Ativo Problemático, ou seja, caso o cliente possua outra operação em atraso, ele não estará elegível a “cura” mesmo quitando o débito da operação originadora do Ativo Problemático.

Parceria com a Neon Pagamentos

Nas transações de cartão de crédito, os valores utilizados pelos clientes compõem um contas a receber da Neon Pagamentos, enquanto emissora dos cartões. Na data de vencimento da fatura, os montantes não recebidos dos portadores de cartões são liquidados pela Companhia, que se torna a detentora da carteira de recebíveis financiados. Para a parcela de crédito financiado pela Neon Financeira, a Neon Pagamentos atua como correspondente e agente de cobrança junto ao cliente (portador do cartão).

e. Instrumentos Financeiros Derivativos e Contabilidade de Hedge

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para fins de hedge de fluxo de caixa, visando proteger a exposição à variação das taxas de juros pós-fixadas (CDI) incidentes sobre aplicações em CDB.

As operações são conduzidas em conformidade com a Política de Hedge Accounting, formalmente documentadas no Termo de Designação, contendo: objetivo de gestão do risco, estratégia de proteção, tipo de contabilização de hedge, natureza do risco protegido, instrumentos utilizados, metodologia de avaliação de efetividade e fontes de inefetividade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A parcela efetiva das variações de valor justo é reconhecida em Outros Resultados Abrangentes – Reserva de Hedge, sendo reclassificada para o resultado quando o fluxo de caixa do item protegido afeta o resultado. A parcela inefetiva é reconhecida diretamente no resultado do período.

f. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – *Impairment*

A Neon Financeira efetua avaliações no mínimo anualmente para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

g. Despesas antecipadas

A Companhia considera como despesas antecipadas aquelas pagas ou devidas com antecedência, mas que se referem a períodos de competência subsequentes. As despesas de exercícios seguintes são apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência.

h. Imobilizado de uso

O imobilizado é contabilizado, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.535/12, a valor de custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como mudanças no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada usando o método linear para reduzir o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada.

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em “outras receitas operacionais” na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

i. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registrados conforme Resolução CMN nº 4.534/16 ao valor de custo e incluem os ativos adquiridos ou desenvolvidos internamente. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo puder ser mensurado com segurança e for provável que os benefícios econômicos futuros a ele atribuídos sejam realizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Semestre findo em 30 de junho de 2025**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos intangíveis podem ter vida útil definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, que são reconhecidas pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável e são registradas na demonstração do resultado.

A Companhia reconhece ativos intangíveis gerados internamente quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo fluam para a entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

O custo de um ativo intangível gerado internamente compreende todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de operar da forma pretendida pela administração. Os custos com pessoal relacionados ao desenvolvimento de *software* foram baseados nas horas atribuídas pelas equipes de negócios e de tecnologia para a adição de novas funcionalidades ou novos produtos nos aplicativos Neon (*software* desenvolvido internamente), e respectivos custos dispendidos, os quais puderam ser atribuídos a ativos intangíveis identificados, e/ou adicionaram novas funcionalidades, e/ou estendem o uso / aplicações de ativos identificados já existentes. Tais custos são controlados por projeto / ativos identificados, amortizados no prazo de vida útil residual estimada. Anualmente, é feita uma avaliação se há indicação de redução ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida referem-se basicamente a *softwares*, bem como licenças e direitos de uso, amortizados linearmente a partir da data da sua disponibilização para uso, considerando a vida útil atribuída. As marcas registradas são ativos intangíveis, podendo ser classificadas com vida útil indefinida ou definida, dependendo da avaliação individual do ativo.

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – *impairment*

Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência de que possa ocorrer uma perda no seu valor contábil. As indicações de desvalorização consideram fontes externas ou internas de informação, durante o período ou por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis.

Fontes externas incluem, não exaustivamente, o seguinte:

- Redução do valor de mercado do ativo significativamente maior do que a esperada em decorrência da passagem do tempo ou da utilização do ativo;
- Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- As taxas de juros de mercado, ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram, e esses acréscimos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor de um ativo em uso e diminuirão significativamente o seu valor recuperável;

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade se tornou maior do que o valor de suas ações no mercado.

Fontes internas incluem, não exaustivamente, o seguinte:

- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico;
- Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças, entre outras, incluem: o ativo que se torna inativo, o ativo que a administração planeja descontinuar, reestruturar ou baixar antecipadamente; ou, ainda, o ativo que passa a ter vida útil definida ao invés de indefinida;
- Levantamentos ou relatórios internos que evidenciem, por exemplo, a existência de dispêndios extraordinários de construção, capitalização excessiva de encargos financeiros, entre outros, e indiquem que o desempenho econômico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado;
- Redução do retorno esperado em determinado ativo / unidade geradora de caixa;
- Não cumprimento de metas, orçamentos e indicadores de desempenhos internos (*KPIs – Key Performance Indicator*);
- Alterações negativas em premissas utilizadas para avaliação de ativos, tais como: fluxos de caixa e volumes projetados, taxas de desconto, entre outras.

Anualmente a Neon avalia se há indicativos de desvalorização de um ativo. Se houver evidências de perda no valor recuperável, são realizados testes de *impairment* pelo método de fluxo de caixa descontado ou outro método que seja adequado para mensuração do valor recuperável do ativo.

Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, são testados anualmente ativos com vida útil indefinida ou ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável do ativo avaliado for menor que o valor contábil, a diferença existente entre esses valores é ajustada pela constituição de provisão para perdas, redutora dos ativos, em contrapartida ao resultado do período.

k. Ativos e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou constituída) que é provável que um desembolso será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação, cuja contrapartida é registrada no resultado do período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09, descritos abaixo:

Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e somente são divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os ativos passam a ser registrados quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem recursos.

Passivos contingentes – essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas nas opiniões de assessores jurídicos e da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial em outras obrigações diversas. Um processo será classificado como de risco provável quando a causa raiz do litígio apresentar um histórico de perdas superior a 50% e o valor da provisão será calculado com base na média histórica de pagamentos, excluindo valores fora do padrão;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo provisão registrada. Um processo será classificado como de risco possível quando a causa raiz esteja associada a um histórico de perdas inferior a 50% e o valor da provisão será determinado com base no valor da causa.
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

1. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro/prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal.

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$ 240 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 15%.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados por meio de estudos técnicos realizados pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

m. Planos de remuneração de longo prazo

- Remuneração baseada em ações

O valor justo na data de outorga do plano de opções de compra de ações (“SOP”) concedido aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que a condição de serviço será atendida, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam à condição de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

n. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

o. Resultado por ação

Conforme facultado às instituições financeiras pela Resolução CMN 4.818/20, parágrafo 5º do artigo 4º, optamos por não observar o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação.

p. Uso de estimativa e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas consideradas mais relevantes pela Neon Financeira estão relacionadas aos seguintes tópicos:

- Projeções de lucro tributável para realização do crédito tributário diferido – Nota 20

A Neon revisa a expectativa de realização do crédito tributário semestralmente, baseado nas projeções de lucro tributável dos próximos 10 anos, utilizando-se premissas alinhadas com a estratégia da Neon e indicadores econômicos avaliados como mais apropriados para o setor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Valor justo de títulos e valores mobiliários e derivativos (Nota 10)

A Companhia utiliza exclusivamente instrumentos financeiros derivativos, mais especificamente swaps, como instrumentos de proteção de suas exposições e a prática vigente é de contratar derivativos junto a bancos de grande porte, de forma que o risco de crédito não seja relevante nas variações do valor justo dos instrumentos de hedge.

- Provisão para perdas de crédito (Nota 6)

Para a carteira de crédito, foi reconhecido o valor de R\$ 672.471 em 30 de junho de 2025 em consoante com o requerido pela Resolução BCB nº 352/23.

- Complemento de provisão para a carteira de crédito dos FIDCs Consiga Mais, FGTS, C+ Valora e Neon Up, conforme Nota 5.

Para a carteira de crédito dos FIDCs Consiga Mais, FGTS, C+ Valora e Neon Up, foi reconhecido o valor de R\$ 19.982 em complemento ao saldo da provisão reconhecida nos próprios fundos, visando adequação ao cálculo de perda associada ao risco de crédito em consoante com o requerido pela Resolução BCB nº 352/23.

q. Adoção da Resolução BCB nº 178/22

A Resolução BCB nº 178/22 estabelece como as empresas devem contabilizar os contratos de arrendamento (leasing). Ela exige que os arrendatários reconheçam ativos e passivos no balanço patrimonial para a maioria dos arrendamentos, eliminando a distinção entre arrendamento operacional e financeiro.

As principais mudanças advindas da referida norma, são:

- Fim da distinção entre arrendamento operacional e financeiro para arrendatários;
- Reconhecimento de ativo de direito de uso. Este ativo representa o direito do arrendatário de usar o bem subjacente pelo período do contrato. Ele é mensurado inicialmente pelo valor do passivo de arrendamento, ajustado por pagamentos iniciais, custos diretos iniciais e outros fatores.
- Reconhecimento de passivo de arrendamento. Este passivo representa a obrigação de fazer os pagamentos futuros de arrendamento. É mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento, descontados a uma taxa de juros específica (geralmente a taxa implícita no arrendamento ou a taxa incremental de empréstimo do arrendatário).
- A despesa de aluguel linear dos antigos arrendamentos operacionais é substituída por duas novas despesas: despesa de depreciação do ativo de direito de uso, reconhecida geralmente de forma linear ao longo do prazo do arrendamento. E

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Semestre findo em 30 de junho de 2025**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

despesa de juros sobre o passivo de arrendamento, reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva, resultando em uma despesa de juros maior no início do arrendamento e decrescente ao longo do tempo. Isso significa que, para a demonstração do resultado, a despesa total tende a ser maior nos primeiros anos do arrendamento e menor nos anos finais, comparado ao modelo anterior de despesa linear.

A Companhia não foi impactada pela adoção da norma, visto não ter movimentações relacionadas aos tópicos citados acima.

r. Adoção da Resolução CMN 4.966/21 e BCB 352/23

A Resolução CMN nº 4.966/21, com as atualizações introduzidas pela Resolução CMN nº 5.100/23 e demais normativos vinculados, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, além de disciplinar a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). A norma alinha os critérios contábeis do COSIF aos requisitos do IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

As principais mudanças referem-se à classificação de instrumentos financeiros, ao reconhecimento de juros em caso de atraso, à aplicação da taxa efetiva de juros contratual, à baixa a prejuízo e ao reconhecimento da provisão com base na perda esperada, além da classificação de operações com problemas de crédito. A adoção do normativo foi realizada de forma prospectiva, e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua implementação foram reconhecidas em contas de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais.

Os principais impactos estimados (antes dos efeitos fiscais) da adoção inicial desta Resolução e das normas correlatas são:

1. Efeitos da alteração de categorias - Representam os impactos da remensuração decorrente da reclassificação entre categorias, conforme o art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/21:

- De “Disponíveis para Venda” para “Valor Justo contra Outros Resultados Abrangentes”: Não haverá impactos de mensuração patrimonial em função da semelhança entre as duas classificações.
- De “Disponíveis para Venda” para “Valor Justo contra Resultado”: Não haverá impactos de mensuração patrimonial em função de ambas as classificações utilizarem o valor justo, de modo que o impacto no patrimônio líquido na adoção inicial é nulo.

2. Efeitos esperados da adoção do modelo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito (art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/21) – A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 resultou em um acréscimo de R\$ 299.083 no patrimônio líquido, já considerando os efeitos fiscais. Para mensuração, foram considerados os percentuais definidos nos Anexo I e II da Resolução BCB nº 352/23, conforme o período de atraso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Aspectos fiscais - Quanto aos reflexos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis da Resolução BCB 352/23, o ativo fiscal diferido foi atualizado proporcionalmente aos totais de provisão de perda esperada despesadas em períodos anteriores e que compuseram o ativo fiscal diferido daqueles anos, resultando em uma redução de R\$ 81.971 no patrimônio líquido.

Cumprе ressaltar que a Neon Financeira adquiriu em Fevereiro e Junho de 2024 carteiras de crédito com saldos históricos de provisão para perdas esperada, tais saldos não geraram efeito no resultado da companhia em 2024 e, portanto, não geraram ativo fiscal diferido, possuindo neutralidade fiscal para fins de adoção da Resolução BCB 352/23. Na hipótese que por algum evento futuro (tais como cessão de carteira e/ou recuperação) haja a realização dos saldos históricos de provisão de perda esperada controlados em contas patrimoniais, haverá incidência de imposto de renda proporcional à parcela do valor realizado deduzido o valor de aquisição das carteiras à título de tributação de ganho de capital.

Com relação ao complemento de provisão para a carteira de crédito dos FIDC, para fins fiscais tais diferenças têm natureza de valorização de quota de ativo financeiro, não gerando efeitos de ativo ou passivo fiscal diferido, a tributação é realizada respeitando-se o critério de competência juntamente com a valorização e/ou desvalorização da cota.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2025</u>
Disponibilidades em moeda nacional	254.202
Total	<u>254.202</u>

5. Instrumentos financeiros

5.a Ativos financeiros ao custo amortizado

	<u>30/06/2025</u>		
Instrumentos financeiros	Hierarquia do valor justo	Vencimento	Valor de custo amortizado
Compromissadas - Letras Financeiras do Tesouro	2	Até 1 ano	282.190
Compromissadas - Notas do Tesouro Nacional	2	Acima de 1 ano	600.000
Total			<u>882.190</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.b Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	30/06/2025		
	Hierarquia do valor justo	Valor de custo	Valor justo
Instrumentos financeiros			
Fundo Neon Blue	2	536.927	536.927
Cotas de Capital em Cooperativas	2	11	11
Total		536.938	536.938

- (i) O Neon Blue FIC FIM aplica seus recursos em cotas subordinadas dos FIDCs C+ Valora, Consiga Mais, Neon Up e Neon FGTS. Para fins de padronização de práticas contábeis, a Companhia reconhece uma provisão adicional àquela reconhecida nos FIDCs, considerando modelo interno de avaliação de perda prospectiva baseado na rolagem da carteira em faixas de atraso conforme histórico da carteira.

5.c Ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes

	30/06/2025			
	Hierarquia do valor justo	Vencimento	Valor de custo	Valor justo
Instrumentos financeiros				
Letras Financeiras do Tesouro	1	Até 1 ano	522.771	522.701
Letras Financeiras do Tesouro	1	Acima de 1 ano	350.591	350.544
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculados a Garantia	1	Acima de 1 ano	514.236	514.167
Total			1.387.598	1.387.412

5.d Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDCs

Em junho de 2021, o Neon Blue Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (“Neon Blue FIC FIM”) foi constituído sob forma de condomínio fechado com prazo de duração de 10 anos, com o objetivo de obter ganhos de capital mediante aplicação em ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2023, a Neon Pagamentos detinha 100% das cotas do Neon Blue FIC FIM, objetivando uma melhor gestão dos seus recursos, que são destinados principalmente aos investimentos em quotas subordinadas nos FIDCs. Em abril de 2024, 100% das cotas do Neon Blue FIC FIM foram transferidas da Neon Pagamentos para a Neon Financeira, representando um montante de R\$ 508.644, apurados com base no valor justo das cotas na data da operação, sendo esta transação utilizada para amortizar parte do empréstimo entre as entidades.

A Neon Financeira e o Neon Blue FIC FIM detém 100% das cotas subordinadas do Consiga Mais Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC Consiga Mais”), 50% das cotas subordinadas do C+ Valora Fundo de Investimentos em Direitos

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Creditórios (“FIDC C+ Valora”), 100% das cotas subordinadas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Neon FGTS (“FIDC Neon FGTS”) e 100% das cotas subordinadas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Neon Up (“FIDC Neon Up”). A estrutura de patrimônio dos fundos em 30 de junho de 2025 está demonstrada a seguir:

	Quantidade de cotas	Valor cotas	Participação Grupo Neon	Participação de Terceiros
FIDC Consiga Mais	182.099	352.047	358.254	-
Subordinada	182.099	352.047	358.254	-
FIDC C+ Valora	79.169	125.841	10.734	115.108
Sênior	54.306	97.642	-	97.642
Mezanino	9.380	6.732	-	6.732
Subordinada	15.483	21.467	10.734	10.734
FIDC Neon FGTS	83.166	134.347	134.347	-
Subordinada	83.166	134.347	134.347	-
FIDC Neon Up	122.557	23.434	23.434	-
Subordinada	122.557	23.434	23.434	-
Subtotal			526.768	

O FIDC Consiga Mais foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, com o objetivo de valorizar suas cotas por meio da aplicação dos recursos em direitos creditórios.

O FIDC C+ Valora foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, com o objetivo de valorizar suas cotas por meio de aquisição de direitos creditórios. Ambos atuam na aquisição de direitos creditórios advindos de crédito consignado privado, em parceria com a Consiga Mais, que prospecta e mantém o relacionamento com empresas conveniadas para oferecer a linha de crédito para seus colaboradores, além de atuar como agente de cobrança.

O FIDC Neon FGTS foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, com o objetivo de valorizar suas cotas por meio da aplicação dos recursos em direitos creditórios performados, oriundos de operações de empréstimo pessoal garantidas por alienação fiduciária ou cessão fiduciária da totalidade ou de parte dos direitos do devedor ao Saque Aniversário de contas vinculadas do FGTS de sua titularidade.

O FIDC Neon Up foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, com o objetivo de valorizar suas cotas por meio da aplicação dos recursos em direitos creditórios performados, oriundos de operações de empréstimo pessoal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Operações de crédito

6.a Ativos financeiros ao custo amortizado

(i) Composição por modalidade

	<u>30/06/2025</u>
Valores a receber de cartões de crédito (i)	2.572.585
Empréstimos a sociedades ligadas (ii)	789.388
Empréstimo pessoal	599.284
Empréstimo consignado	247.180
Outros	182
Total	4.208.619
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<u>(1.494.001)</u>
Total	<u>2.714.618</u>

(i) Conforme acordo operacional com a Neon Pagamentos, referido saldo de recebíveis de cartões de crédito corresponde às operações da carteira financiada adquiridas pela Neon Financeira, nos casos em que os portadores de cartões não liquidam a fatura na data de vencimento.

(ii) Operações com sociedade ligada, conforme Nota 23 – Transações com partes relacionadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Composição das operações por carteira, situação e faixa de vencimento

	30/06/2025					
	C2	C3	C4	C5	Total saldo contábil bruto	% Sobre total geral
Ativos não problemáticos						
Sem atraso	-	-	-	-	-	0%
Até 14 dias de atraso	4.338	-	789.404	1.182.012	1.975.754	47%
De 15 a 30 dias de atraso	6	-	-	85.734	85.740	2%
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	-	13.788	13.788	0%
De 61 a 90 dias de atraso	1	-	-	12.619	12.620	0%
Total	4.345	-	789.404	1.294.153	2.087.902	50%
Ativos problemáticos não inadimplidos						
Sem atraso	-	-	-	-	-	0%
Até 14 dias de atraso	6	-	7	162.208	162.221	4%
De 15 a 30 dias de atraso	2	-	-	20.954	20.956	0%
De 31 a 60 dias de atraso	4	-	-	119.936	119.940	3%
De 61 a 90 dias de atraso	5	-	-	138.471	138.476	3%
Total	17	-	7	441.569	441.593	10%
Ativos problemáticos inadimplidos						
De 0 a 30 dias de atraso	-	-	-	167.306	167.306	4%
De 31 a 60 dias de atraso	1	-	-	192.948	192.949	5%
De 61 a 90 dias de atraso	1	-	53	165.786	165.840	4%
De 91 a 120 dias de atraso	1	-	-	128.940	128.941	3%
De 121 a 150 dias de atraso	-	-	27	129.155	129.182	3%
De 151 a 180 dias de atraso	-	-	75	104.581	104.656	2%
De 181 a 210 dias de atraso	3	-	-	103.053	103.056	2%
De 211 a 240 dias de atraso	1	4	-	102.213	102.218	2%
De 241 a 270 dias de atraso	1	-	-	94.845	94.846	2%
De 271 a 300 dias de atraso	12	-	-	91.192	91.204	2%
De 301 a 330 dias de atraso	1	-	-	64.288	64.289	2%
De 331 a 360 dias de atraso	-	-	-	85.086	85.086	2%
Acima de 360 dias	-	-	-	249.551	249.551	6%
Total	21	4	155	1.678.944	1.679.124	40%
Total geral	4.383	4	789.566	3.414.666	4.208.619	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Concentração das operações

	<u>30/06/2025</u>
Dez maiores devedores	790.222
Cinquenta seguintes maiores devedores	2.895
Cem seguintes maiores devedores	4.496
Demais clientes	<u>3.411.006</u>
Total	<u>4.208.619</u>

(iv) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Carteira	Situação	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total	Perdas esperadas incorridas	Perdas esperadas adicionais	Total perda esperada
C2	Ativos não problemáticos	4.295	49	4.344	-	(61)	(61)
C2	Ativos problemáticos não inadimplidos	3	14	17	-	(6)	(6)
C2	Ativos problemáticos inadimplidos	4	18	22	(12)	(1)	(13)
	Total carteira C2	4.302	81	4.383	(12)	(68)	(80)
C3	Ativos não problemáticos	-	-	-	-	-	-
C3	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	-	-	-
C3	Ativos problemáticos inadimplidos	-	4	4	(3)	(1)	(4)
	Total carteira C3	-	4	4	(3)	(1)	(4)
C4	Ativos não problemáticos	789.404	-	789.404	-	(1)	(1)
C4	Ativos problemáticos não inadimplidos	3	4	7	-	(3)	(3)
C4	Ativos problemáticos inadimplidos	73	82	155	(81)	(7)	(88)
	Total carteira C4	789.480	86	789.566	(81)	(11)	(92)
C5	Ativos não problemáticos	1.164.470	129.683	1.294.153	-	(32.913)	(32.913)
C5	Ativos problemáticos não inadimplidos	48.802	392.766	441.568	-	(235.797)	(235.797)
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	185.558	1.493.387	1.678.945	(1.168.850)	(56.265)	(1.225.115)
	Total carteira C5	1.398.830	2.015.836	3.414.666	(1.168.850)	(324.975)	(1.493.825)
	Total geral da carteira	2.192.612	2.016.007	4.208.619	(1.168.946)	(325.055)	(1.494.001)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(v) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>30/06/2025</u>
Saldo no início do semestre	(994.654)
Créditos baixados para prejuízo	4.427
Constituição da provisão para perdas esperadas no semestre	(809.474)
Reversão da provisão para perdas esperadas no semestre	6.617
Adoção inicial – Resolução BCB nº 352/23	299.083
Saldo no final do semestre	<u>(1.494.001)</u>

Os ativos financeiros são baixados em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito quando não é provável que a instituição recupere o seu valor.

Em 30 de junho de 2025, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 335.286. No semestre, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 6.616.

7. Outros créditos

	<u>30/06/2025</u>
Valores a receber sociedades ligadas (Nota 23)	36.765
Imposto de renda a recuperar	137.130
Adiantamento Pix-Crédito (i)	195.344
Valores a receber Corban (ii)	23.932
Devedores diversos (iii)	52.625
Total	<u>445.796</u>

- (i) Refere-se a valor repassado a Neon Pagamentos para disponibilização aos clientes finais do produto Pix Crédito. A Companhia é responsável por conceder o *funding* da operação, enquanto a Neon Pagamentos a executa na conta do cliente.
- (ii) Custo de correspondentes bancários que geram operações para a Neon Financeira.
- (iii) Montante refere-se substancialmente ao saldo de R\$ 25.239 de valores transitórios dados como colchão para operacionalização de produtos financeiros; R\$ 10.446 de saldos a liberar de empréstimos e R\$ 7.143 de saldos transitórios referentes à baixa de operações gerenciadas pelos sistemas RBM e Vencred.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	30/06/2025			Saldo líquido
	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	
Instalações	10	199	(140)	59
Móveis e equipamentos	10	191	(101)	90
Equipamentos de processamento de dados	5	515	(476)	39
Total		905	(717)	188

b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2024	Depreciação	30/06/2025
Instalações	68	(9)	59
Móveis e equipamentos	99	(9)	90
Equipamentos de processamento de dados	58	(19)	39
Total	225	(37)	188

9. Intangível

a. Composição do intangível

	30/06/2025			Saldo líquido
	Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada	
Relações contratuais com clientes (i)	7-8	71.508	(14.943)	56.565
Ágio (ii)	5	34.183	(18.231)	15.952
Desenvolvimento de software (iii)	5	29.694	(2.244)	27.450
Acordo de não competição	3	3.915	(3.480)	435
Outros	10	847	(226)	621
Total		140.147	(39.124)	101.023

- (i) Do saldo líquido em 30 de junho de 2025, R\$ 50.359 se refere ao ativo intangível registrado na compra da carteira de crédito, com vida útil de 93 meses; e R\$ 6.206 se refere ao ativo registrado pelo valor justo na transação de Combinação de negócios da própria Companhia em 2021.
- (ii) Em 30 de setembro de 2024 o Conglomerado Neon passou por uma reestruturação societária em que a Neon Financeira, até então controlada pela Neon Holding Ltda. passou a ser controlada pela Neon Holding Conglomerado Ltda., por meio de uma operação de cisão da Neon Holding Ltda. com incorporação reversa de parcela dos ativos líquidos pela Companhia. Dentre os ativos incorporados pela Neon Financeira, havia o ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura advindo da aquisição da própria Companhia em 2021, no montante líquido de R\$ 21.649 (saldo bruto de R\$ 34.183 e amortização acumulada de R\$12.534). Em 30 de junho de 2025, a amortização acumulada do ágio é de R\$ 18.231, resultando em um saldo líquido de R\$ 15.952. Baseado em

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

projeções de longo prazo, a expectativa de rentabilidade futura é em 60 meses, a findar-se em novembro/2027.

- (iii) São capitalizados no ativo intangível os custos de desenvolvimento relacionados à adição de novos recursos ou novos produtos no aplicativo Neon, *software* desenvolvido internamente. Nenhum custo de pesquisa está incluído nesta capitalização. Os critérios de reconhecimento estão descritos na Nota 3.i.

b. Movimentação do intangível

	31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	30/06/2025
Relações contratuais com clientes	61.231	-	-	(4.665)	56.565
Ágio	19.370	-	-	(3.418)	15.952
Desenvolvimento de software	11.966	17.072	-	(1.588)	27.450
Acordo de não competição	1.087	-	-	(652)	435
Outros	663	-	-	(42)	621
Total	94.317	17.072	-	(10.365)	101.023

10. Instrumentos financeiros derivativos

Passivos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a. Estratégia e designação

No semestre findo em 30 de junho de 2025, a Companhia designou operações de swap CDI x Pré para proteger a exposição às taxas de juros incidentes sobre aplicações em CDB pós-fixadas em CDI, conforme quadro abaixo:

Item protegido	Instrumentos de hedge	Valor notional	Data de designação	Índice de hedge	Método de avaliação	Testes de efetividade
Captações em CDB pós-fixadas em CDI	Swap CDI x Pré	9.372	A partir de 07/03/2025	1:1	Fluxo de Caixa	Efetivo

b. Classificação e mensuração

Os derivativos são mensurados ao valor justo, com reconhecimento:

- Parcela efetiva: em Outros Resultados Abrangentes – Reserva de Hedge
- Parcela inefetiva: no resultado, sob a rubrica Resultado de Operações com Derivativos.

A metodologia de mensuração considera derivativo hipotético para apuração de efetividade, assegurando que as variações do instrumento de hedge e do item protegido se compensem de forma proporcional ao risco de taxa CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Valores registrados

Item objeto	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado
Captações em CDB pós-fixadas em CDI	9.372	9.571	199
Total	9.372	9.571	199

Instrumento de hedge	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado
Swap CDI x Pré	9.372	9.699	327
Total	9.372	9.699	327

d. Movimentação da reserva de hedge

	30/06/2025
Saldo inicial	-
Parcela efetiva acumulada no período	-
Reclassificação para resultado	327
Total	327

e. Ganhos e perdas no período

	30/06/2025
Parcela efetiva reconhecida no patrimônio líquido	327
Parcela reclassificada para resultado	327
Inefetividade reconhecida no resultado	-

f. Análise de sensibilidade

Cenário	Varição CDI	Impacto no patrimônio líquido	Impacto no resultado
Base	0 bps	(327)	(9)
Adverso	+400 bps	646	(9)
Otimista	-400 bps	(1.479)	(9)

g. Efetividade

Os testes de efetividade realizados na data de designação e mensalmente durante a vigência do hedge demonstraram índices dentro dos parâmetros estabelecidos (80% a 125%), confirmando a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Depósitos e obrigações por aceites cambiais

a. Composição dos depósitos a prazo

	<u>30/06/2025</u>
Depósitos a prazo	
A vencer até 3 meses	742.288
A vencer de 3 a 12 meses	1.443.876
Total circulante	<u>2.186.164</u>
A vencer de 1 a 3 anos	2.987.089
A vencer de 3 a 5 anos	129.461
Total não-circulante	<u>3.116.550</u>
Total	<u><u>5.302.714</u></u>

Os depósitos pós-fixados são remunerados de 100% a 130% da taxa CDI e os pré-fixados remunerados nas taxas pactuadas, entre 14,5% a.a. e 15% a.a.

b. Composição de recursos de aceites cambiais

	<u>30/06/2025</u>
Letras de câmbio	
A vencer até 3 meses	4.315
A vencer de 3 a 12 meses	7
Total	<u>4.322</u>

As letras de câmbio pós-fixadas são remuneradas de 100% a 151% da taxa CDI e as pré-fixadas remuneradas na taxa pactuada, entre 7,6% a.a. e 16% a.a.

c. Movimentação dos títulos emitidos

	<u>31/12/2024</u>	<u>Captações</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30/06/2025</u>
Depósito a prazo	4.576.609	4.490.500	345.340	(4.109.735)	5.302.714
Letras de câmbio	11.170	-	584	(7.432)	4.322
Total	<u>4.587.779</u>	<u>4.490.500</u>	<u>345.924</u>	<u>(4.117.167)</u>	<u>5.307.036</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Outros passivos

	<u>30/06/2025</u>
Obrigações fiscais e previdenciárias (a)	61.736
Adiantamentos para futuro aumento de capital	85.000
Valores a pagar a sociedades ligadas (i)	74.074
Fornecedores	2.303
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2.357
Provisão para contingências (Nota 13)	2.283
Provisão para despesas de pessoal	106
Obrigações sociais e estatutárias	47
Outros	6.336
Total	<u><u>234.242</u></u>

(i) Operações com sociedade ligada, conforme Nota 23 – Transações com partes relacionadas.

a. Obrigações fiscais e previdenciárias

	<u>30/06/2025</u>
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	52.840
PIS e COFINS a recolher	8.016
Outros impostos e contribuições a pagar	880
Total	<u><u>61.736</u></u>

13. Passivos contingentes

Em conformidade com o CPC 25, é apresentado o valor de R\$ 2.283 referente ações cíveis, trabalhistas e fiscais classificadas como provável de perda, R\$ 20.102 como de possível relativos às ações cíveis e R\$ 121 como de possível relativos às ações trabalhistas, para as ações fiscais não houve processos classificados como possíveis, conforme avaliação por assessoria jurídica e conforme carta de representação dos advogados.

	<u>Provisões cíveis</u>	<u>Provisões trabalhistas</u>	<u>Provisões fiscais</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>1.083</u>	<u>216</u>	<u>32</u>	<u>1.331</u>
Constituição	866	209	-	1.075
Reversão	(35)	(88)	-	(123)
Saldo em 30 de junho de 2025	<u>1.914</u>	<u>337</u>	<u>32</u>	<u>2.283</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2025 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 726.229 e está representado por 612.302.841 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva de capital

A Neon Financeira conta com um plano de opção de compra de ações, aprovado em reunião do Conselho de Administração, pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações seus Administradores e colaboradores, conforme detalhes nas notas 3.m e 24.

A Neon reconheceu no primeiro semestre de 2025 o valor de R\$ 4 relativo à despesa do plano em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido.

c. Reserva de lucros

As Reservas de lucros no montante de R\$ 264 é composta por:

- Juros sobre capital próprio (“JSCP”): Capital ajustado, corrigido pela TJLP, sendo retido 15% de Imposto de Renda na Fonte. No semestre findo em 30 de junho de 2025, não houve destinação de JSCP e o balanço acumula o montante de R\$ 264.

d. Outros resultados abrangentes

No semestre findo em 30 de junho de 2025 a Neon Financeira reconheceu o valor de (R\$ 67) relativo a ajuste de ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes, R\$ 27 relativo a imposto de renda diferido e R\$ 327 relativo a hedge de swap.

15. Rendas de operações de crédito

	<u>30/06/2025</u>
Encargos com refinanciamento	411.402
Parcelamento de fatura	303.722
Rendas de empréstimos	189.918
Receita Pix-Crédito	120.513
Multa cartão de crédito	73.013
Rendas de empréstimos com sociedades ligadas	62.371
Outras rendas de operação de crédito	17.564
Total	<u>1.178.503</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Despesas de captação

	<u>30/06/2025</u>
Despesas de depósito a prazo	(338.476)
Despesas com distribuição de títulos	(6.864)
Despesas de aceites cambiais	(584)
Outras	(2.905)
Total	<u>(348.829)</u>

17. Despesas administrativas

	<u>30/06/2025</u>
Despesas de serviço do sistema financeiro (i)	(128.942)
Serviços de consultoria administrativa e empresarial	(18.302)
Despesas com sistemas e tecnologia	(32.623)
Depreciação e amortização	(10.402)
Outras despesas	(14.778)
Total	<u>(205.047)</u>

(i) R\$ 46.796 refere-se a comissões pagas à Neon Pagamentos relativas a originação de empréstimo pessoal e cartões de crédito (vide Nota 23).

Os valores a pagar referentes aos honorários de auditoria para todo o exercício de 2025 são de R\$ 310. A KPMG não presta outros serviços que não os de auditoria para a Neon Financeira.

18. Despesas tributárias

	<u>30/06/2025</u>
COFINS	(27.655)
PIS	(4.494)
ISS - imposto sobre serviços	(585)
Outros	(394)
Total	<u>(33.128)</u>

19. Despesas com pessoal

	<u>30/06/2025</u>
Proventos e encargos sociais	(22.091)
Benefícios	(3.023)
Despesas com planos de ações	(4.286)
Total	<u>(29.400)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2025</u>
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro	(15.591)
Alíquota nominal do IRPJ e da CSLL (%)	<u>40%</u>
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	6.236
Adições/exclusões permanentes	(173)
Adições/exclusões temporárias	<u>(58.063)</u>
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(52.000)
Tributos correntes no período	52.000
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	<u>(57.981)</u>
Imposto de renda e contribuição social do semestre, com impacto no resultado	(5.982)
Tributos correntes no período (anos anteriores)	46
Total de imposto de renda e contribuição social	<u><u>(5.936)</u></u>

b. Saldo e movimento de créditos tributários

Os registros contábeis do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2025, demonstrados no quadro acima, são decorrentes de diferenças temporárias sobre a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

	Saldo em 31/12/2024	Efeitos da adoção inicial Res. 352	Constituição em Resultado	Constituição em Outros resultados abrangentes	Saldo em 30/06/2025
Diferenças temporárias	125.987	(81.971)	57.981	27	102.023
Ativo fiscal diferido	<u>125.987</u>	<u>(81.971)</u>	<u>57.981</u>	<u>27</u>	<u>102.023</u>

Conforme depende-se do quadro acima, temos registrados em 30 de junho de 2025 créditos tributários no total de R\$ 102.023 referentes a diferenças temporárias e estão baseados em estudo técnico de viabilidade que consideram a expectativa de resultados futuros da Companhia.

c. Realização do crédito tributário

A realização e a manutenção do registro contábil do ativo fiscal diferido dependem da geração de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condições definidos pela Resolução CMN nº 4.842/20, destacando-se a exigência de ter estudo técnico de

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

lucros futuros que demonstre a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de 10 anos e de apresentar histórico de lucros tributáveis em, ao menos, 3 dos últimos 5 anos.

A expectativa de realização do ativo fiscal diferido é conforme a seguir:

Período	Crédito tributário
2025	102.023
Total	102.023

21. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas de instituição de pagamento e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2025 não houve resultado não recorrente a ser apresentado nesta demonstração.

22. Gerenciamento de risco

a. Estrutura de gerenciamento de risco

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução nº 265/22, determina a adoção e a implementação das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, incluindo políticas e estratégias claramente documentadas. O gerenciamento de riscos deve ser integrado e independente, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os diversos riscos (Crédito, Mercado, Operacional, Liquidez, Social, Ambiental, Climático e demais riscos relevantes) da Neon.

As áreas de gerenciamento de riscos são responsáveis por identificar todos os riscos relevantes e os impactos potenciais para a estrutura corporativa, garantindo a implementação de soluções para mitigá-los de forma eficiente e ágil a fim de manter um ambiente controlado e adequado para que o plano estratégico seja atingido de acordo com as expectativas corporativas.

O Grupo Neon adota o modelo de 3 (três) linhas de defesa como meio primário para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, preservando o princípio da independência no que tange às atividades das diferentes linhas de defesa, tal como se estabelece na separação de papéis e responsabilidades e assegura linhas de comunicação claras e coerentes:

- **Primeira linha de defesa:** composta pelas áreas de negócios e suporte cujas atividades geram a exposição a riscos, é a principal responsável por gerenciar e supervisionar os riscos inerentes aos seus processos, além de garantir aderência regulatória.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Segunda linha de defesa:** composta pelas áreas de Riscos Integrados e de Compliance Regulatório, é responsável por auxiliar a 1ª linha no desenvolvimento e na adequação de processos e controles para gerenciamento de seus riscos, além de emitir alertas à 1ª linha sobre mudanças no cenário regulatório e de riscos.
- **Terceira linha de defesa:** composta pela Auditoria Interna, é responsável por fornecer avaliações independentes sobre a adequação do sistema de controles internos para a Alta Administração e aos órgãos de governança e reportar o descumprimento de dispositivos legais e regulatórios.

Os assuntos pertinentes aos riscos relevantes são reportados aos executivos no Fórum de Gestão Integrada de Riscos, com recorrência mensal, buscando fortalecer uma cultura de conscientização e responsabilidade, contribuindo para eficiência operacional e conformidade aos limites de apetite a riscos definidos em alinhamento aos objetivos estratégicos da Neon.

b. Estrutura de gerenciamento de riscos operacionais

O processo de gerenciamento dos riscos é realizado de forma contínua, integrada e abrangente, envolvendo diversas áreas com atribuições específicas. A identificação, mensuração, monitoramento e controle dos riscos operacionais são realizados de maneira centralizada e independente, alinhada ao apetite de risco definido pela Diretoria, e de forma segregada à atividade de auditoria interna.

O Grupo Neon mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição ao risco operacional.

A estrutura é composta por políticas e estratégias compatíveis com os objetivos da instituição e com as condições de mercado, que estabelecem limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos operacionais, em níveis considerados aceitáveis. Adicionalmente, a estrutura assegura a adequada capacitação sobre risco operacional de todos os colaboradores.

O Grupo Neon emprega metodologia consistente e abrangente, baseada no framework COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), capaz de:

- Identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os eventos relacionados ao risco operacional;
- Produzir documentação referente às perdas associadas ao risco operacional;
- Classificar e agregar as perdas operacionais identificadas;
- Disseminar a cultura orientada à gestão e controle dos riscos operacionais tendo como objetivo a redução de eventos e perdas associados a este tipo de risco;
- Implementar, coordenar e melhorar continuamente as práticas de gerenciamento de riscos em seus diversos níveis;

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Fornecer análises e reporte quanto a adequação e eficácia do gerenciamento de riscos.

c. Estrutura de gerenciamento de risco de mercado e IRRBB

O risco de mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos índices de preços, das taxas referenciais e dos preços das ações, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das posições ativas e passivas da Instituição.

O Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB) define-se como sendo o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Neon, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Por estar enquadrada no Segmento S4, o Grupo Neon está sujeito à apuração do Δ NII (*Net Interest Income*) para o monitoramento do risco de juros, que consiste em apurar a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (cenário base do Banco Central ± 400 bps).

Análise de sensibilidade de variação na taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mercado e IRRBB, monitorando essas exposições por meio do modelo padronizado (definido pelo BACEN) para carteira bancária (Delta NII), calculado com base no Conglomerado Prudencial da Neon. Neste modelo é mensurado o impacto no resultado de intermediação financeira em cenários de aumento e redução na curva de juros em 400 pontos base. Na data-base destas Demonstrações Financeiras, para um cenário de baixa de juros é esperada uma perda de R\$ 2.287 no resultado de intermediação financeira do Conglomerado Prudencial em um horizonte de um ano.

Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros, descritos abaixo:

- **Nível 1:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.
- **Nível 2:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseadas em modelo de precificação

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

em que os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

- **Nível 3:** Cotações de preços para ativos ou passivos não observáveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo de forma recorrente, segregados entre os níveis da hierarquia de valor justo.

	30/06/2025			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	536.938	-	536.938
Cotas de fundos de investimento	-	536.927	-	536.927
Cotas de Capital em Cooperativas	-	11	-	11
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	1.387.412	-	-	1.387.412
Letras Financeiras do Tesouro	873.245	-	-	873.245
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculados a Garantia	514.167	-	-	514.167
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Operações de crédito	2.714.618	-	-	2.714.618

As transferências entre níveis da hierarquia do valor justo são relatadas regularmente ao longo do período. No semestre findo em 30 de junho de 2025 não houve transferências significativas de instrumentos financeiros entre nenhum dos níveis.

d. Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Neon não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Dentro da definição cabe também a possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Neon é composta por políticas e estratégias que estabelecem limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez em níveis considerados aceitáveis. O processo de gestão de risco de liquidez é realizado de maneira contínua, integrada e abrangente, envolvendo diversas áreas com atribuições específicas, sendo composto principalmente por:

- Análise de usos e fontes de recursos de curto prazo e necessidades de compatibilização de caixa;
- Projeções de fluxo de caixa em cenários de normalidade e em situações adversas (cenários de estresse);
- Monitoramento, controle e reporte dos níveis de risco de liquidez em comparação com os limites de risco estabelecidos;
- Plano de Contingência de Liquidez.

Vencimentos de passivos financeiros

As tabelas abaixo analisam os instrumentos financeiros da Companhia em grupos de vencimentos relevantes com base nos seus vencimentos contratuais. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados. Os saldos devidos no prazo de 12 meses são iguais aos seus saldos contábeis, pois o impacto do desconto não é significativo.

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Acima de 2 anos</u>
Em 30 de junho de 2025			
Passivos financeiros			
Depósitos a prazo	2.186.164	2.987.089	129.461
Obrigações por aceites de títulos cambiais	4.322	-	-
Total	<u>2.190.486</u>	<u>2.987.089</u>	<u>129.461</u>

e. Estrutura de gerenciamento de risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração da qualidade creditícia do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, incluindo o inadimplemento do cliente final perante o emissor de instrumento de pagamento pós-pago.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Grupo Neon é o conjunto de áreas, colaboradores, atividades, documentos e ferramentas que possibilitam a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação do risco de crédito, bem como o risco de concentração levando em consideração, por exemplo, os segmentos de produtos e serviços em que a instituição atua.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os procedimentos, metodologias e ferramentas são documentadas, revisadas e aprovadas pela Alta Administração e os resultados das análises de gestão e controle do Risco de Crédito são reportados mensalmente nos fóruns executivos da Neon.

f. Risco social, ambiental e climático

Atendendo às normas aplicáveis, a Neon edita a política de responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), disponível no site da Companhia, a qual contém princípios e diretrizes que norteiam as ações e relações com seus parceiros internos e externos. Além disso, fica disponível também o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC).

g. Gerenciamento de capital

Com base nas normas aplicáveis, a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de *funding* da Companhia, observando o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, equilibrando ativo com o passivo, prazos e taxas. Todas as políticas elaboradas são compatíveis com o porte e negócios da Companhia.

23. Transações com partes relacionadas

Conforme definição da Resolução BCB nº 2/20, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração.

As transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes àqueles que prevalecem nas transações em condições normais de mercado.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, a Neon Financeira manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

Ativos	30/06/2025
Caixa e equivalentes de caixa - Neon Pagamentos (i)	254.096
Operações de crédito - Neon Pagamentos (ii)	789.389
Operações de crédito Pix-Crédito - Neon Pagamentos	14.843
Repasse Financeiro Operação de Cartões - Neon Pagamentos	21.922
Operações de Custos de Transações - Corban - Neon Pagamentos	23.932
Valores a receber de sociedades ligadas	1.104.182
Passivos	30/06/2025
Outros passivos - Neon Pagamentos (iii)	64.872
Outros passivos - Neon Tecnologia	7.042
Outros passivos - Neon Consiga+	2.160
Valores a pagar a sociedades ligadas	74.074

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas	30/06/2025
Rendas de operações de crédito - Neon Pagamentos (ii)	62.371
Total	62.371
Despesas	30/06/2025
Despesas de comissões - Neon Pagamentos	(112.721)
Despesas de Serviço de TI - Neon Tecnologia	(31.281)
Despesas de Cost Sharing – Neon Pagamentos	(54.986)
Despesas de Cost Sharing – Neon Consiga+	(1.524)
Total	(200.512)

- (i) Saldo em conta de pagamento da Neon Pagamentos.
- (ii) Composto pela operação de capital de giro a receber da Neon Pagamentos, realizada em condições normais de mercado, a uma taxa média de 1,99% a.m.
- (iii) Valores transacionados com a Neon Pagamentos, referente recuperação de IOF sobre empréstimos concedidos.

- **Pessoal-chave da Administração**

Os administradores da Companhia também são administradores de todo o Grupo Neon, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da Neon Financeira não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Companhia.

24. Pagamento baseado em ações

Os planos de pagamento baseado em ações da Neon Payments (descritos na Nota 3.m) foram projetados para fornecer incentivos de longo prazo para os colaboradores chave (incluindo diretores executivos) a fim de fornecer retornos pela continuidade dos serviços prestados a longo prazo. A participação nos planos e a outorga dos benefícios são deliberados pelo Conselho de Administração da Neon Payments ou pelo Comitê de Pessoas da Neon Pagamentos.

As opções outorgadas são contabilizadas de acordo com o CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, utilizando os modelos de precificação de opções *Black-Scholes* (para outorgas até fevereiro de 2022) e o modelo Binomial (a partir de março de 2022), para fornecer uma estimativa do valor justo dos serviços prestados pelos funcionários participantes.

Plano de opções de compra de ações (“SOP”)

Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração da Neon Payments, inicialmente em 30 de novembro de 2020, com posterior modificação em 25 de julho de 2023, e concede ao beneficiário a possibilidade de adquirir opções de compra de ações da Neon Payments com preço de exercício e prazos de *vesting* e exercício pré-estabelecidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No final de cada período, a Companhia revisa suas estimativas do número de opções que devem ser adquiridas com base em condições que não de mercado e reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, no resultado, com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras da Neon Payments, o custo atribuível às opções de compra de ações outorgadas por serviços a controladas é tratado como um aporte de capital na medida em que os serviços recebidos são prestados na controlada. Dessa forma, os valores são registrados em contrapartida de investimentos em controladas e reservas. Ainda, os recursos recebidos do exercício das opções líquidos de quaisquer custos de transação atribuíveis são creditados ao capital social (valor nominal) e prêmio de emissão, momento em que as ações são emitidas.

Em 2024, a Neon outorgou opções com prazo (*vesting period*) de 4 anos, sendo 25% ao completar 12 meses e 6,25% a cada trimestre posterior ao primeiro ano, de modo que, após 12 trimestres os 75% restantes das opções estarão vestidos.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, as opções de ações foram movimentadas conforme a seguir:

	<u>Quantidade de Opções</u>	<u>Reserva de capital (R\$)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	80	2
Apropriação de outorgas de anos anteriores	-	4
Saldo em 30 de junho de 2025	80	6

Em 30 de junho de 2025, o saldo em estoque de opções outorgadas, no âmbito do plano SOP, está abaixo representado:

<u>Data de concessão</u>	<u>Preço de exercício (US\$)</u>	<u>Preço de exercício (R\$) (i)</u>	<u>Quantidade de Opções</u>
Out/24	204,06	1.130,92	80
			80

- (i) O plano é operacionalizado em dólares, que é a moeda de emissão das ações da Neon Payments. Os preços de exercício foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio de 25.06.2025 de 5,5427, para fins de apresentação somente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No semestre encerrado em 30 de junho de 2025, as principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo das opções outorgadas foram:

	<u>30/06/2025</u>
Preço médio ponderado das ações na data da outorga (i)	US\$ 209,84 (R\$ 1.162,95)
Valor justo médio ponderado das opções na data da concessão (i)	US\$ 55,69 (R\$ 308,64)
Volatilidade esperada	47,63%
Vida esperada	10 anos
Taxa livre de risco	3,82%
Rendimento esperado de dividendos	0%

(i) O plano é operacionalizado em dólares, que é a moeda de emissão das ações da Neon Payments. Os preços de exercício foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio de 25.06.2025 de 5,5427, para fins de apresentação somente.

A volatilidade esperada foi determinada pelo cálculo da volatilidade histórica dos preços das ações de empresas similares nos anos anteriores, com base na vida útil esperada de cada tipo de opção. A vida esperada usada no modelo foi ajustada, com base na melhor estimativa dos Administradores, para os efeitos da intransferibilidade, restrições de exercícios e considerações comportamentais. O cenário estimado para rotatividade foi de 38,8%. O valor reconhecido na despesa do período em contrapartida ao patrimônio líquido foi de R\$ 4.

25. Limite operacional (Acordo da Basileia)

De acordo com a Resolução BCB nº 197/22, que estabelece a classificação de conglomerados prudenciais integrados por ao menos uma instituição de pagamento, a Neon Financeira, liderada pela Neon Pagamentos S.A., é classificada como Conglomerado Prudencial Tipo 3.

Os dados que refletem as exigências de capital aplicáveis ao conglomerado, são apresentados a seguir:

	<u>30/06/2025</u>
Risco de crédito – RWAcpad	4.237.555
Risco de mercado – RWAm pad	22.365
Risco operacional – RWAopad	356.968
Risco associado a serviços de pagamento – RWAsp	375.731
Total RWA	<u>4.992.619</u>
Patrimônio de referência (PR)	657.119
Índice de Basileia (PR/Total RWA) (i)	<u><u>13,16%</u></u>

(i) Conforme Resolução BCB nº 200/22, o mínimo requerido (Fator F + ACP) em junho de 2025 equivale a 10,50%.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 05 de julho de 2024, o Banco Central do Brasil concedeu a Neon Pagamentos, líder do Conglomerado Prudencial, a aprovação para a implementação da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (“ASA II”) para cálculo de suas exigências de capital para risco operacional. Desta forma, a partir de julho de 2024, os RWAopad passaram a ser calculados de acordo com essa metodologia.

26. Eventos subsequentes

Em 30 de julho de 2025 baixamos o ágio advindo da incorporação reversa da Neon Holding Ltda. em 2024 contra o capital social no valor de R\$ 20.509.

* * *

Jamil Saud Marques

Diretor

Cristiano Fernandes

Diretor

Tamiris Pinheiro de Lana Lima

Contadora – CRC 110170

